

**LITERATURA INFANTIL E NEGRITUDE: FEIÇÕES DE UM
ENREDO E DE UMA TRAMA EM “O CABELO DE LELÊ”, DE
VALÉRIA BELÉM**

CHILDREN’S LITERATURE AND NEGRITUDE: FEELINGS OF A FOIL AND A
PLOT IN “*THE HAIR OF LELE*”, VALÉRIA BELÉM

Francisco Renato Lima¹

Submetido em 18/09/2018

Aprovado em 30/10/2018

Revista Saberes e Sabores Educacionais

Revista do Curso de Pedagogia

Uceff – Campus Itapiranga

Vol. 5, 2018

ISSN 2359-263x

¹ Mestre em Letras (UFPI). Docente da Universidade Federal do Piauí. Email: fecorenatolima@hotmail.com.

Resumo

O respeito à diversidade e pluralidade étnico-racial é uma iminente demanda da sociedade atual, na qual, a escola, a serviço de uma educação democrática, atua como elemento mediatizador de interação e aprendizagem, reconhecendo a importância do contato com as múltiplas diferenças humanas. Aliada a instituição, está a literatura infantil, como ferramenta aliada ao trabalho pedagógico, na construção de uma sociedade multicultural. Neste sentido, este estudo de caráter qualitativo, analisa a obra “O Cabelo de Lelê”, de Valéria Belém, sob o ponto de vista pedagógico, estético e semiótico, apontando-a como importante ferramenta pedagógica, para discutir as questões de negritude e diversidade em sala de aula; buscando assim, respostas às questões que se colocam na formação e exercício docente. O valor estético e semântico da obra é atribuído à trajetória percorrida por Lelê: uma criança, que por meio de uma linguagem simples, apresenta um discurso curioso e inquietador sobre sua cor e suas origens, pondo em foco, os valores da cultura afro-brasileira e africana. Esses resultados contribuem com reflexões que busquem superar a visão tradicional e preconceituosa sobre as etnias, visando uma melhoria nas práticas pedagógicas a partir da literatura infantil.

Palavras chave: Literatura Infantil. Identidade étnico-racial. “O cabelo de Lelê”. Prática pedagógica.

Abstract

The respect for diversity and ethnic-racial plurality is an imminent demand of today's society, in which the school, in the service of a democratic education, acts as a mediating element of interaction and learning, recognizing the importance of contact with multiple human differences. Allied to the institution, is the children's literature, as a tool allied to the pedagogical work, in the construction of a multicultural society. In this sense, this qualitative study analyzes the work “The Hair of Lelê”, by Valéria Belém, from a pedagogical, aesthetic and semiotic point of view, pointing it as an important pedagogical tool to discuss issues of blackness and diversity in the classroom; thus seeking answers to the questions that arise in the formation and exercise of teaching. The aesthetic and semantic value of the work is attributed to the trajectory traversed by Lelê: a child, who through a simple language, presents a curious and disturbing discourse about its color and its origins, focusing on the values of Afro-Brazilian culture and African. These results contribute with reflections that seek to overcome the traditional and prejudiced view about the ethnic groups, aiming at an improvement in the pedagogical practices from the children's literature.

Keywords: Children's literature. Ethnic-racial identity. “The hair of Lelê”. Pedagogical practice.

Considerações Iniciais

O negro cabelo é pura magia [...].
Puxado, armado, crescido, enfeitado
Torcido, virado, batido, rodado
São tantos cabelos, tão lindos, tão belos!
(*O cabelo de Lelê*, Valéria Belém)

Frente a uma realidade social, a qual suscita a promoção de uma educação justa e democrática, que contemple o ser humano em suas múltiplas diferenças, a escola enfrenta muitos desafios. O principal deles é tornar seu espaço um ambiente educativo de respeito à diversidade humana, através de um trabalho pedagógico estratégico, articulado às diferentes linguagens, que valorize as histórias, a cultura e a identidade dos afro-brasileiros e africanos.

As possibilidades de trilhar esse caminho através da literatura infantil são muitas, como, por exemplo, utilizando-a como instrumento lúdico e interativo aliado às práticas educativas, na sensibilização e conscientização dos educandos para a construção de uma sociedade livre de preconceitos, na qual os indivíduos agem de forma independente, baseados nos conhecimentos que tem de si e do outro (BAKHTIN, 2004) – a alteridade e responsividade dialógica nas relações humanas.

A ilustração desse aspecto pode ser identificada na leitura da obra “O cabelo de Lelê” (2007), escrita por Valéria Belém, na qual, a autora apresenta a trajetória de uma menina negra na busca por conhecer suas origens e afirmar sua identidade étnica, por meio de um discurso de inquietação e curiosidade frente a sua cor. A representação da personagem negra é feita pela exploração de recursos expressivos e metafóricos, através de textos verbais e visuais (imagens), tornando a narrativa ritmada, dinâmica e repleta de simbologias.

A partir de uma abordagem pedagógica, do ponto de vista educacional, este estudo objetiva fazer uma análise da estética e semiótica da obra “O cabelo de Lelê”, de Valéria Belém, como importante ferramenta pedagógica, para discutir as questões de negritude e diversidade em sala de aula; buscando respostas às questões que se colocam na formação e exercício docente; adotando a referida obra como objeto central para análise.

A iniciativa pelo desenvolvimento deste estudo bibliográfico, de caráter qualitativo surgiu a partir do contato direto com educadores em ação, que demonstram desconhecimento ou indiferença à utilização da literatura infantil como importante ferramenta na formação da criança, revelando assim, uma ineficiência em práticas de ensino voltadas para a promoção da igualdade racial e da cidadania.

A elucidação de tais questões e objetivo, busca ainda referência nas obras de autores e teóricos, como Bakhtin (2004), Baldi (2009), Cavaleiro (2000), Freitas (2003), Gonçalves; Silva (2003), Lobato (2009), Silva (2008), Silva (2011), Silveira (2012), Zilberman (1985); além dos fundamentos legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9. 394/96); Lei nº 10. 639/2003; entre outras diretrizes e orientações éticas e legais que enriquecem as discussões sobre as representações de negritude presentes na literatura infantil.

Para a melhor compreensão das ideias propostas, estas se organizam da seguinte forma: apresenta-se as políticas que legalizam o ensino para a diversidade e a cultura afro-brasileira e africana; as marcas da exclusão social e da negritude na literatura infantil brasileira; a análise crítica da obra, destacando as principais questões sociais abordadas no caminho da personagem principal; em seguida, aponta-se possibilidades para a realização de um trabalho pedagógico articulado, direcionado a construção de diferentes identidades étnico-raciais; e conclui-se apontando reflexões de como o professor deve enfrentar os desafios do trabalho pedagógico com a diversidade étnico-racial nos espaços escolares.

A questão da normatização: políticas curriculares para a educação da diversidade étnico-racial

O princípio fundamental e basilar que assegura os direitos universais dos cidadãos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, com base na supremacia dos Direitos Humanos busca: “[...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social [...]” (BRASIL, 1988, p.

1). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), importante documento de apoio e validação aos direitos dos menores, atende e reforça o exposto na Carta Magna.

No âmbito das políticas educacionais brasileiras específicas, muitas leis têm se voltado para a garantia de uma educação para todos. E no que refere a uma educação inclusiva, voltada para a “diversidade cultural” como propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural (PCNs, 1996) no eixo dos temas transversais, o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas é instituído pela lei 10.639, sancionada em 2003; e o ensino da cultura e história indígenas, pela Lei 11.645/2008, que complementa a primeira; alterando assim, a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9. 394/96), documento norteador de todas as políticas educacionais no país.

A literatura legal traz os direcionamentos, as responsabilidades e as especificidades de cada órgão/instituição, com vistas a promover uma educação inclusiva e democrática, no respeito à diversidade étnico-racial. No caso da Lei 10.639/03, as exigências instituídas estão assim redigidas, modificando o artigo 26-A da Lei 9. 394/96 (LDB):

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A presente legislação impulsiona as discussões teóricas sobre a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileiras e africanas no currículo oficial da rede pública e privada de ensino, porém os reflexos na prática ainda são tímidos. Por falta de uma capacitação específica na área, que deve começar na formação inicial e estender-se a uma formação continuada, muitos professores desconhecem tal temática e não têm o domínio de práticas metodológicas para desenvolver o trabalho.

Como forma arregimentar o disposto na Lei, e fornecer subsídios para a concretização destas propostas, o Ministério da Educação (MEC) tem desenvolvido muitas iniciativas e ações pedagógicas no sentido de promover um ensino que trate de diversidade étnico-racial em todos os níveis de ensino. É o caso recente do caderno: Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnicorracial, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, lançado em 2008, e serve como “uma fonte de consulta permanente para leitura, discussão e propostas de atividades no trabalho cotidiano com as questões abordadas em seu conteúdo” (SME/DOT, 2008, p. 05).

Se comparados a realidade étnico-racial, vivenciada na prática, os efeitos da legislação ainda são poucos. A escola deve ser um campo aberto de diálogo, interação e aprendizagem sobre os direitos e deveres de todos, afirmando-se como espaço “coletivo de aprender e conhecer, respeitar e valorizar as diferenças, o que é fundamental para a construção de uma identidade dos envolvidos no processo educacional” (SME/DOT, 2008, p. 79).

O parecer CNE/CP 3/2004, referente à implementação da Lei nº 10.639/03 aponta que o caminho para a superação das desigualdades raciais na escola e o sucesso das políticas educacionais “depende ainda de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações raciais não se limitam à escola” (BRASIL, 2005, p. 13).

A escola precisa trilhar caminhos mais abertos, dinâmicos no sentido de que as barreiras da ignorância sejam superadas, e que aquilo que a lei determina seja objeto do conhecimento teórico e prático, tanto dos docentes como dos discentes, através de um trabalho coletivo, na construção de uma sociedade livre de preconceitos.

As marcas da negritude e da exclusão presentes na literatura infantil nacional: desafios e superação

Um breve passeio pela história das origens da literatura infantil, permite identificar as funções a ela atribuídas ao longo do tempo, em seu processo de organização como gênero literário destinado ao jovem. Sua função primeira e que lhe trouxe muitos prejuízos,

oriunda ao século XVIII, era de elemento pragmático e pedagógico, meramente educativo, tendo assim, seu valor estético relegado, e não por acaso, a criança era vista como elemento neutro e passivo neste processo, no qual prevalecia uma visão adulta, que devia ser aceita pela criança.

Uma vez que essa norma dominante, era preconceituosa e de negação às classes menos favorecidas da época, havia, portanto, a negação e desvalorização do negro, sendo relegado apenas ao papel subalterno de escravo. De acordo com Silva (2011, p. 71), “o problema é que, pela história oficialmente contada, os sujeitos negros, suas contribuições, sua cultura, seus antepassados e sua trajetória aparecem sob o crivo da opacidade e do esquecimento”.

As marcas de exclusão e depreciação da imagem do negro estão no bojo da produção literária infantil brasileira, que historicamente produziu e massificou uma escrita arraigada em ideologias dominantes e de valorização a um padrão europeu artística de beleza. Até o início do século XX, a literatura infantil apresentava marcas de uma “invisibilização e tratamento estereotipado de personagens negros” e “tratamento estereotipado de personagens negros”, em contraponto à representação do branco, que aparecia “na posição de representante da espécie” (SILVA; ROSEMBERG, 2008).

A esse modelo de tratamento dado ao negro, um exemplo expressivo na literatura brasileira está na escrita de Monteiro Lobato (1882-1948), que escreveu várias obras que imprimem a marca de inferioridade e desvalorização do negro. A saber, na literatura infantil, destacam-se: “Histórias de Tia Nastácia”, “O Saci”, “Caçadas de Pedrinho”, entre outras.

As representações negativas construídas nas obras de Lobato, apresentam imagens estereotipadas do negro, sendo a ele atribuído os papéis de “Negro Fiel”; “Negro Demônio” e “Negrinha”. Este, referindo-se a Tia Anastácia; que juntamente a tio Barnabé, ilustram um quadro de “negro fiel”, pelos peculiares traços de feiura, ignorância e subserviência, atribuídos ao negro ao longo da formação da sociedade brasileira.

Em uma análise da importância da obra de Monteiro Lobato no quadro da literatura infantil nacional, Zilberman (1985, p. 55) imprime marcas que revelam a forma a qual a personagem Tia Anastácia era relegada:

No mundo fictício do Sítio do Pica-Pau Amarelo, microcosmo a partir do qual se desenvolvem os outros contextos ambientais de seus livros, num crescente avanço rumos aos espaços fantásticos [...], existem apenas dois seres mais velhos, **Dona Benta e Tia Anastácia, sendo que experiência, maturidade e responsabilidade, enquanto propriedades específicas do adulto, são atributos exclusivos da primeira, a avó. [...] a cozinheira Tia Anastácia, cujo nível intelectual e comportamental não ultrapassa o dos pequenos, sendo, às vezes, mesmo inferior.** Assim, unicamente uma personagem representa o universo do indivíduo adulto [...]. (*Grifos do autor*)

Esse segundo plano, de “nível intelectual e comportamental [...] inferior” atribuído à personagem negra, não pode ser visto com naturalidade, sob uma visão romântica, mas como a face de uma exclusão e depreciação da imagem do negro, negando assim, sua importante contribuição para a construção da sociedade brasileira, expressamente nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, período de escravidão, em que os negros serviam a uma elite rica e gananciosa, que vivia para o acúmulo de bens e capitais, enfim, a base do capitalismo.

Em “Caçadas de Pedrinho”, uma das principais obras lobatianas que revelam traços do estereótipo dispensados aos negros, a única personagem que é descrita pelo seu pertencimento étnico-racial é Tia Anastácia, referida como “velha preta”, “a negra”, “preta”, “pretura”, “pobre preta”, entre outros, desconfigurando assim, sua identificação como pessoa e atribuindo marcas negativas e preconceituosas ao seu nome, como fica claro nesta passagem: “Resmungou a preta, pendurando o beijo” (LOBATO, 2009, p. 35).

A dinâmica dos acontecimentos sociais e necessidades de se repensar as políticas de respeito às diferenças do século XXI, fazem com que a produção literária infantil atual apresente algumas aproximações e possibilidades para o respeito e valorização da imagem do negro, que, muitas vezes, aparece como protagonista de sua história. Assim, é o caso de *Lelê*, personagem central da obra analisada neste estudo, em que ela mesma, por seus conflitos de raça, conduz o enredo de toda a história.

“O cabelo de Lelê”: para além do reflexo do espelho

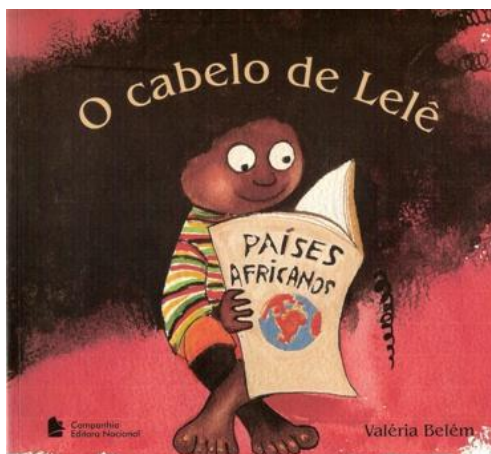


Figura 1. (BELÉM, 2007, Capa do livro)

A começar pelo título: “O Cabelo de Lelê” e a imagem de capa (uma menina negra de cabelos arrepiados, rebeldes), o livro de Valéria Belém, apresenta uma representação que identifica o negro, e, muitas vezes, o preconceito contra ele: o cabelo – crespo, enrolado, “puxado, armado, crescido, enfeitado, torcido, virado, batido, rodado” (p. 14).

O valor estético e semântico da obra é atribuído ao discurso de uma criança, que através de uma linguagem simples, questiona sua cor negra, pondo em discussão os valores da cultura afro-brasileira e africana. A narrativa, em terceira pessoa, relata a história de uma menina negra, que ao olhar-se no espelho, sente-se angustiada pelo que vê: “tantos cachinhos” (p. 5). Para compreender a razão disso, procura as respostas em um livro: “Em um livro vou procurar” (p. 10), no qual conhece a beleza da cultura negra. A partir disso, volta a olhar-se no espelho e “ama o que vê” (p. 29) e descobre a felicidade por ter conhecido as origens de sua família e o prazer em ter cabelos tão belos.

A trajetória percorrida por Lelê, na busca por uma identificação e aceitação de sua cor, apresenta-se como um recurso educativo, que valoriza a essência humana em suas multidimensionalidades e o respeito a estas, na medida em que:

Reafirma-se, mais uma vez, a permanência do estreito enlace entre os intuitos pedagógicos e a literatura (com ou sem aspas) que se oferece às crianças leitoras do século XXI. Tal enlace se torna mais evidente nos livros que buscam explicar sobre a diferença e, a partir de tal abordagem, ensinam o respeito ao diferente

(incluído o de outra etnia), aos pequenos leitores; parece estar menos nítido nos livros exemplares que narram histórias de protagonistas crianças negras que subvertem o preconceito, ao buscarem no conhecimento e na conscientização recursos para tal ultrapassagem. E é possível que o valor estético esteja mais frequentemente presente naquelas tramas que, apostando em outros conflitos que não os do próprio preconceito e do racismo, se abram à polissemia interpretativa e subvertam, no texto imagético, a tradicional invisibilidade do negro e eleição do branco como “representante da espécie humana” (SILVEIRA *et al*, 2012, p. 11).

Ao se pensar em propostas pedagógicas voltadas para a construção de uma consciência negra é importante lançar mão da variedade literária do mundo infantil, que está repleta de obras de relevante valor estético e educativo. “O cabelo de Lelê” encanta pelo tratamento verbal e visual dado à relativização da presença do negro nas histórias infantis, apresentando-o de forma positiva e construtiva.

O enredo construído ao longo da história, conduz o leitor a um olhar positivo para as diferenças étnico-raciais, numa perspectiva de afirmá-las e enquadrá-las como elemento sinalizador da inclusão e do respeito às diferenças na sociedade atual.

As inquietações de Lelê



Figura 2. (BELÉM, 2007, p. 6)

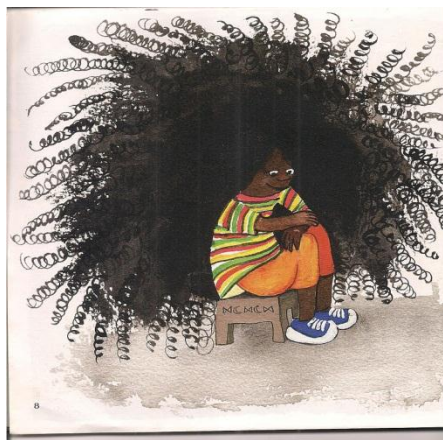


Figura 3. (BELÉM, 2007, p.8).

O discurso inicial de Lelê é coerente com uma visão corrente na sociedade, em que o negro tem preconceito consigo mesmo. Não se aceita, envergonha-se de si mesmo, isola-se e nega as próprias origens, buscando a todo tempo, o “embranquecimento” de sua imagem, travando assim, uma luta interna, subjetiva, contra seu “eu” e o grupo social que

pertence. “[...] a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre os negros permitem que as crianças negras neguem sua identidade racial e busquem cada vez mais aproximar-se das características que as aproximam do branco”, preleciona Cavaleiro (2000, p. 25).

As noções do branco como sendo o belo e o bonito estão arraigadas no imaginário das crianças, desde cedo. O exemplo disso é verificado quando em situações cotidianas, estas são postas a escolher entre uma boneca branca de olhos azuis, cabelos lisos ou uma boneca de olhos e pele preta com cabelos crespos, elas sempre preferem as primeiras. Dessa forma, segundo Cavaleiro (2000, p. 93), “[...] o padrão branco torna-se sinônimo de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica, a ideia da razão. A paz, o belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos. A violência, a feiura, a injustiça, as contendas são negras”.

Um livro de histórias africanas

A mudança de atitude da personagem é o ponto central da história e que suscita uma reflexão especial. O livro é apontado como objeto material “muito sabido” (p. 13), responsável pela transformação e mudança de pensamento de Lelê. Nele, a menina encontra todas as respostas de que precisa para entender sua história, aceitar suas origens e construir sua identidade.



Figura 4. (BELÉM, 2007, p. 12)

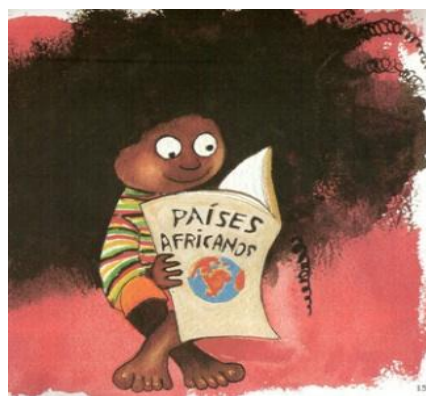


Figura 5. (BELÉM, 2007, p. 15).

Sobre esse prisma, aproveita-se para evidenciar a importância da leitura como forma de libertação e projeção para o mundo, tirando o indivíduo de uma condição de alienação, desconhecimento da realidade e levando-o a ser sujeito de sua própria história, transformando-a e dando novos rumos a sua vida, como fez Lelê, que, através dos livros descobriu que “o negro cabelo é pura magia” (p. 24).

A importância da leitura como elemento de transformação, mudança e libertação das amarras dos preconceitos socioculturais é destacada por Aguiar (2007) *apud* Baldi (2009, p. 8), quando destaca: “a leitura aciona uma cadeia humana em direção à imaginação. [...] Lendo me ligo a todos aqueles que vieram antes de mim e projetaram o tempo em que vivo, no que ele tem de resistência à dor, à violência e à injustiça”.

O reconhecimento das origens e a identificação com ancestralidade negra

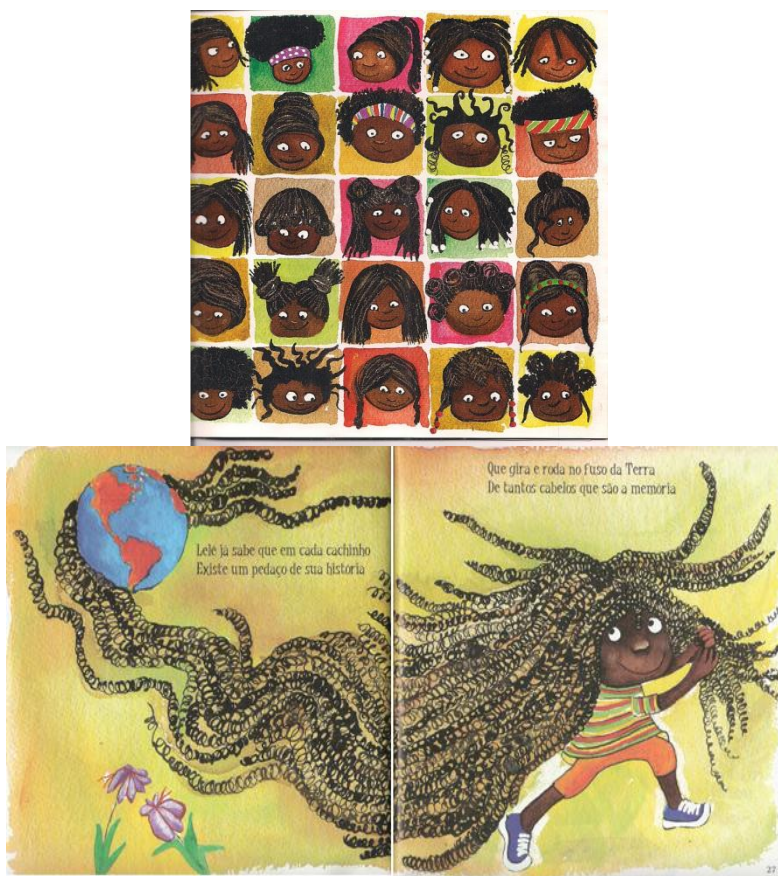


Figura 6. (BELÉM, 2007, p. 17- 26-27)

No caso de *Lelê*, a personagem passa por uma reviravolta, uma mudança de opinião com relação à imagem que tem de si mesma e da negritude, em geral. Depois que lê “tal livro” (p. 13), *Lelê* “descobre a beleza de ser como é” (p. 23). Então, seu discurso de rejeição aos cabelos cacheados é transformado em orgulho e aprendizado. “Ela gosta do que vê! Vai à vida, vai ao vento Brinca e solta o sentimento” (p. 19).

As palavras de Freitas *et al* (2003, p. 85), expressam essa tomada de consciência:

O sujeito se dá conta daquilo que nele é diferente, não reconhecível como parte de si próprio. Entretanto, posteriormente, pode assimilar esta nova visada de si como própria e incorporá-la em sua consciência, assumindo-a como familiar. Neste momento constatamos que houve uma transformação da consciência de si.

A partir dessa conscientização, a história toma outro rumo: *Lelê* reconhece suas origens, aceita-as como elemento de orgulho e identificação da história de seu povo e torna-se uma menina alegre e feliz.

O convite a conhecer as origens: “E você?”



Figura 7. (BELÉM, 2007, p. 18-28-29)

Metaforicamente, Lelê passa por um processo de metamorfose. A aceitação do cabelo e de todas as suas características físicas é a legitimação de sua mudança. A menina se encanta e encanta a todos com a beleza de seus cachinhos, anda de bicicleta com os cabelos soltos ao vento, brinca com os colegas e é imensamente feliz, pois “sabe que em cada cachinho existe um pedaço de sua história” (p. 26).

Outra questão importante a ser destacada diz respeito aos amigos de Lelê, com quem ela brinca. São crianças de outras etnias (loiras e ruivas), demonstrando assim, como é possível uma convivência harmoniosa e pacífica entre a pluralidade de raças.

A história termina com um questionamento ao leitor: “E você?” (p. 29). Uma maneira que a autora encontra para ampliar as discussões em sala de aula, sobre a negritude. Pressupõe-se que cada indivíduo que leia esta obra, principalmente as crianças, para quem ela é direcionada especificamente, possa fazer os mesmos questionamentos que Lelê fez a si, e neste sentido, buscar respostas às questões que possa angustia-los, com vistas a uma mudança de comportamento, identificação com suas origens e construção da identidade de cidadão, livre de preconceitos.

O trabalho pedagógico: caminhos e possibilidades

O papel da escola é de fundamental importância na valorização e respeito às múltiplas diferenças humanas, pois as representações construídas/desconstruídas em seu espaço, visam à sensibilização e construção de ideias e saberes que balizam as relações de alteridade e democracia entre os sujeitos sociais.

As mediações pedagógicas em sala de aula, com vistas a atender a esse modelo de democracia social, devem começar pela transformação do modelo de escola. Esta deve ser um espaço de gestão da diversidade, em suas distintas manifestações e a docência deve ser comprometida com a transformação social e relativização entre as “diferenças” em sociedade.

A possibilidade para um ensino que atenda a estes princípios, parte da formação docente, inicial e continuada, que deve formar educadores compromissados com o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam o diálogo com a pluralidade cultural.

Propor discussões sobre as questões étnico-raciais em sala de aula é o caminho para reorganização do trabalho pedagógico. A literatura infantil é uma rica possibilidade para isto, pois as histórias infantis possibilitam o desenvolvimento da criticidade, o conhecimento do mundo, da fantasia e da realidade; e a partir disso, as crianças constroem sua identidade e desenvolvem atitudes de desmistificação de estereótipos contra o negro.

Lançar mão de diferentes recursos e estratégias é compromisso basilar da prática docente, como por exemplo, a exploração dos diferentes recursos estéticos e semióticos da obra literária infantil “O cabelo de Lelê”, que propicia o encantamento pela linguagem harmônica, o uso de recursos verbais e visuais que valorizam o negro, apresentando-o como protagonista de sua própria vida, pela capacidade de superar os preconceitos e os conflitos subjetivos e ideológicos inerentes a sua cor.

O professor deve transformar a sala de aula em um espaço de construção de conceitos e valores sobre e para a diversidade, a cidadania e o respeito às diferenças, pois como afirma Gonçalves; Silva (2003, p. 175), nós,

Professores fazemos parte de uma população culturalmente afro-brasileira, e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecer-la, se não a assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são.

A negação às próprias raízes e as consequências desse fenômeno são desastrosas à formação do indivíduo. Enquanto professores e além do que somente professores, transmissores de conhecimentos; mas educadores, no sentido mais profícuo da palavra, a tarefa de tal, é mediatizar conhecimentos da forma mais democrática e reflexiva possíveis, transformando-os em saberes para compreender e transformar a realidade e a vida.

A mediação de conhecimentos através da literatura infantil, deve ser planejada e comprometida com uma formação sólida do indivíduo, desde a sua base: nas séries iniciais, através de práticas de leitura, de maneira lúdica e prazerosa, estreitando a relação educando e conhecimento, de forma autêntica e libertadora, por meio de diálogos, que permitam o

entrelaçamento entre conteúdos didáticos e experiências culturais de mundo, pois “através da leitura todos se tornam iguais, com as mesmas oportunidades. A leitura, além de tornar o homem mais livre, possibilita que ele vá a muitos lugares que sem a leitura jamais iria” (HOFFMANN, 2009) *apud* (BALDI, 2009, p. 26).

Cabe ao educador, levar a maior variedade textual possível para o espaço da sala de aula, permitindo, assim, que a criança interaja com diferentes mídias de leitura e formação para a diversidade, promovendo, ao mesmo tempo, a formação em seu sentido formal (ler e escrever) e a formação para a cidadania.

É preciso, portanto, superar a visão tradicional e preconceituosa nas abordagens dos conhecimentos curriculares de sala de aula. E buscar na literatura infantil uma aliada para trilhar este caminho, é aprofundar-se em discussões, interações e construção de saberes acerca de problemas sociais que permeiam o cotidiano das crianças.

Considerações Finais

O discurso do respeito e valorização a diversidade cultural percorre toda a teoria epistemológica que dá suporte as práticas educativas na atualidade e a literatura infantil vem incorporando esse modelo, buscando através de suas obras, apresentar um repertório de histórias que apresentam o negro de forma positiva e independente, assumindo-se como sujeito participante das ações e decisões da sociedade e dono de seu próprio destino.

Na heterogeneidade de raças e culturas, o que deve ser priorizado e valorizado são os aspectos humanos, que a todos une e tornam próximos; portanto, dignos de tratamento, reconhecimento e valorização igualitária.

Nesse cenário, existem hoje, muitas produções de livros infantis que valorizam a diversidade étnico-racial e que buscam ressignificar o personagem negro na história da sociedade, permitindo assim, uma melhor abordagem e discussão sobre a pluralidade cultural em sala de aula.

Em “O cabelo de Lelê”, através de uma linguagem clara e acessível, percebe-se uma possibilidade para um trabalho pedagógico diferenciado e articulado às diferenças étnico-raciais da sociedade. A análise da obra permite uma visão crítica e articulada à realidade, que vêm a contribuir para a otimização do trabalho com a literatura infantil em sala de aula,

por meio de discussões e propostas pedagógicas sobre as histórias e a cultura do povo africano, possibilitando assim, uma melhoria nos processos de ensino e aprendizagem.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes: 2004.
- BALDI, Elizabeth. **Leitura nas séries iniciais**: uma proposta para formação de leitores de literatura. Porto Alegre: Editora Projeto, 2009.
- BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPIR/MEC, 2005.
- _____. Ministério da Educação. **Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=236171> >. Acesso em: 15 jul. 2018.
- _____. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- _____. **Orientações Curriculares**: Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnicorracial, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. São Paulo: SME/DOT, 2008.
- CAVALEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2000.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: < <http://www.dudh.org.br/wpcontent/uploads/2014/12/dudh.pdf> >. Acesso em: 26 ago. 2018.

FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sonia (Org.). **Ciências humanas e pesquisa**: Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. e. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas políticas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: v.29, n.1, jan./jun. 2003.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2009.

SILVA, Assunção M. S. Identidade negra sob o olhar poético. In: ALBURQUERQUE, Marleide Lins de (Org.). **Identidades e diversidade cultural**. Teresina: Avant Garde Edições / FUNDAC, 2011. p. 67-80.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: VAN DIJK, Teun (org.) **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008. p.73-117.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel *et al.* **A diferença ligada à etnia em livros brasileiros para crianças**: análise de três tendências contemporâneas. Publicado em 2012. Disponível em: <
[http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Rosa%20Maria%20Hessel%20Silveira%20\(UFRGS\),%20Edgar%20Roberto%20Kirchof%20\(ULBRA\)%20e%20Iara%20Tatian%20Bonin%20\(ULBRA\).pdf](http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Rosa%20Maria%20Hessel%20Silveira%20(UFRGS),%20Edgar%20Roberto%20Kirchof%20(ULBRA)%20e%20Iara%20Tatian%20Bonin%20(ULBRA).pdf)>. Acesso em 10/08/2013.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 4. ed. São Paulo: Global, 1985.